



Luta diária contra violência e abusos

O **Correio** traz relatos de mulheres que sofreram os mais diversos tipos de agressões e abusos. Especialistas apontam caminhos para a mobilização da sociedade em favor do fim do ciclo de crimes de gênero

» MILA FERREIRA
» BRUNA PAUXIS

"Minha vida é uma grande sucessão de abusos e violências sofridas", afirma Sabrina (nome fictício), 39 anos (idade real). As cicatrizes emocionais deixadas pelas violências às quais ela foi submetida impactam na rotina e afetam até mesmo a execução de tarefas básicas. "Eu tenho muita dificuldade em fazer qualquer coisa sozinha, especialmente andar pela cidade", completa. O último balanço da criminalidade divulgado em fevereiro, pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), mostra que a violência doméstica e familiar cresceu 4% no Distrito Federal, entre 2023 e 2024, e 51%, nos últimos 10 anos. A importunação sexual também aumentou consideravelmente (veja quadro), crescendo 6%, entre 2023 e 2024, e 1.507%, entre 2018 — ano em que o crime foi tipificado — e 2024.

Sabrina foi estuprada mais de uma vez por pessoas próximas à família e isso acabou afetando a forma como ela encara o mundo. Moradora do Plano Piloto, ela conta que, às vezes, tem medo de ir até um comércio perto de casa. "Eu não relaxo nunca, estou sempre em estado de alerta. Quando chego a um lugar, preciso identificar rapidamente uma rota de fuga, caso alguém me ataque", afirma. "Eu sinto que, com a terapia, algumas dessas questões têm ficado menos gritantes. Mas sei que terei de lidar com isso para sempre. Me dói muito ser desacreditada e nunca ter sido defendida. Eu deveria, mas nunca denunciei ninguém", desabafa.

Especialistas explicam que cada pequena violência sofrida pelas mulheres é um degrau para a expressão máxima da violência de gênero, o feminicídio. Só em 2025, aconteceram dois feminicídios no DF. Em 2024, foram 23 no total — 2023 foi marcado por 31 feminicídios na capital do país.

Comportamento

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Ana Izabel Gonçalves de Alencar, destaca que o fim das violências diárias contra as mulheres passa

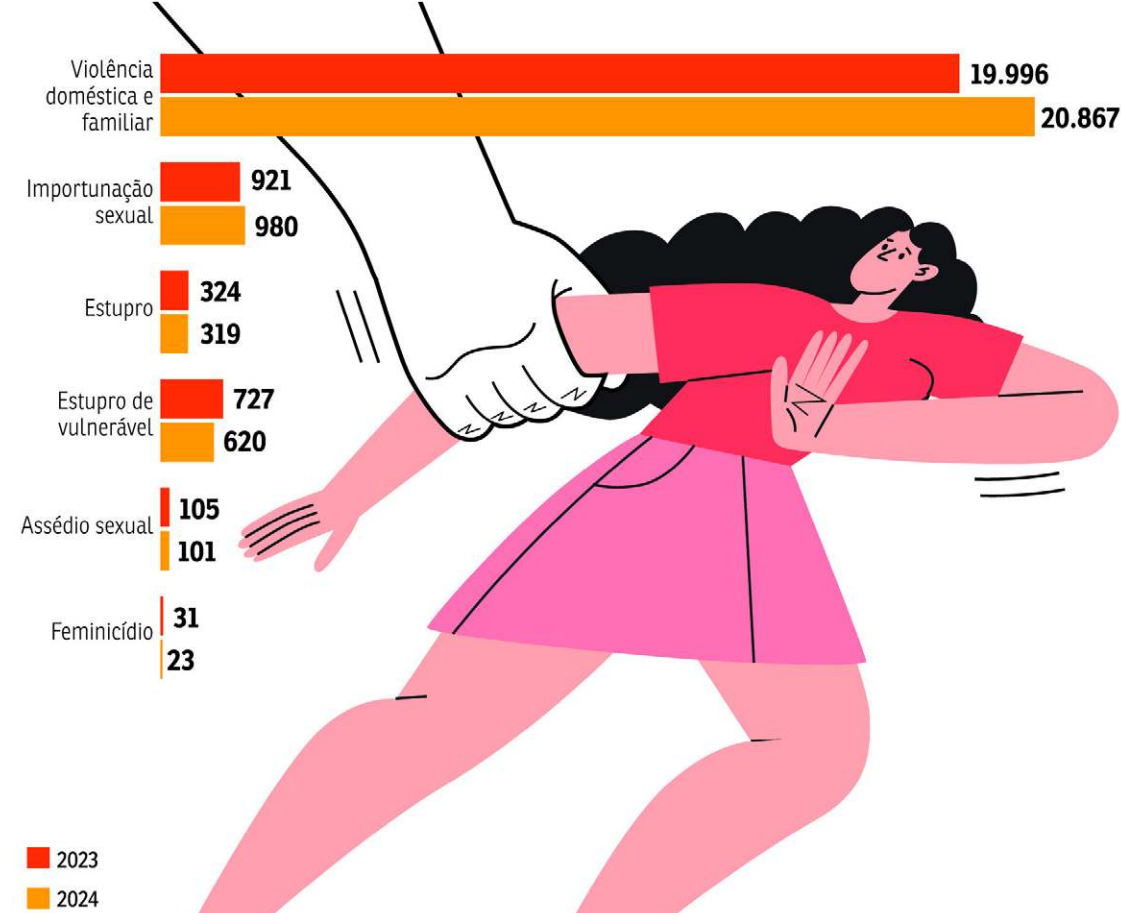
pela mudança de comportamento por parte dos homens. "A mentalidade machista, retrógrada e misógina de muitos homens ainda coloca a segurança das mulheres em perigo. É necessário, com urgência, uma mudança de postura masculina", observa.

O comportamento abusivo masculino reflete diretamente na sensação de insegurança das mulheres em diversos espaços públicos. Júlia (nome fictício), 24, é usuária de transporte coletivo e o momento de deslocamento diário é quando ela se sente mais insegura. "Toda vez que vejo uma notícia sobre violência, lembro que sou mulher. Não existe lugar seguro. Parece que temos que estar em alerta o tempo inteiro. Sempre fico pensando na melhor estratégia, no melhor lugar para sentar no ônibus, caso eu passe por alguma violência, por isso fico perto de outras mulheres. No metrô, me sinto mais segura por ter o vagão feminino. Para inibir qualquer possível agressor, evito até mesmo sentar em bancos com assentos vazios ao lado", lamenta.

Advogada interseccional especializada em gênero e raça, Larissa Guedes explica que a educação antiviolência é precisa ser iniciada na infância. "A violência de gênero faz parte de um sistema que normaliza a misoginia, o controle, o abuso, a agressão, como se realmente os homens fossem detentores dos nossos corpos. Então, desde criança, a gente é ensinada a ter medo, a obedecer, a ficar calada, a evitar problema. Enquanto os meninos já são ensinados a crescer sem limites. É preciso reverter isso, é preciso haver um equilíbrio", argumenta a profissional.

O fortalecimento de redes de apoio entre mulheres e políticas públicas voltadas ao combate da violência de gênero são soluções sugeridas pela especialista. "É necessário que as crianças entendam que ninguém pode violentar ou controlar o outro. Além disso, o governo precisa implementar políticas mais eficazes de acolhimento, casas-abrigo, suporte psicológico, auxílio financeiro para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade", sugere Larissa. "A gente precisa também, na ponta de tudo, de um sistema de justiça que realmente proteja as vítimas dos agressores", acrescenta.

Agressões contra a mulher no DF



Fonte: SSP-DF

Valdo Virgo/CB/D.A. Press

O papel dos homens

"As mulheres são mortas por homens que elas amaram". Essa é a análise da professora da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Ivanilda Soares, que enfatiza, ainda, que a violência é um processo que afeta, inclusive, os próprios homens. "Quem mata as mulheres, estatisticamente, em sua maioria, são homens. Mas quem mata os homens, em sua maioria, também são homens. É uma masculinidade que pressupõe o uso de violência", explica. Para ela, qualquer pessoa que transgredir essa ideia do masculino pode ser agressora e violentada, "porque essa

ideia se impõe pela violência".

Autor do livro *Homens, masculinidades e saúde mental*, o psicólogo Fernando Pessoa destaca que os homens tendem a esconder as próprias dores e descarregá-las por meio de expressões de raiva. "Em vez de os homens sentirem a dor, eles causam a dor. Nessa experiência, a expressão da violência está ligada à sociabilidade masculina, de legitimação e reafirmação de um ideal de defesa arcaico, fruto de uma sociedade patriarcal", explica.

O psicólogo esclarece que há um processo de objetificação do feminino, de forma que o homem demonstra hipersexualidade e isso pode estar diretamente atrelado a expressões de violência. "Há uma heterossexualidade compulsória, na qual o homem coloca sua sexualidade independentemente do desejo alheio, principalmente

das mulheres", detalha.

Cofundador do grupo terapêutico Casa dos Homens, Paolo Chirola, 52, busca, por meio do projeto, desconstruir as barreiras criadas pelo patriarcado. "É um trabalho de base. Para dar uma sacudida em nós homens, para que possamos ir ao mundo questionando nossa visão patriarcal e acerca das mulheres também", conta o terapeuta.

O grupo, que existe há mais de uma década, busca trabalhar todos os sentimentos com os participantes. "A raiva é a única emoção que o homem pode sentir de acordo com o patriarcado. E as mulheres, pelo contrário, são proibidas de sentir a raiva. Então, nosso trabalho é tanto para desconstruir esse tabu ao redor do sentir dos homens quanto às ideias do sentir feminino que já são pregadas pela sociedade", conta. (BP)

Onde pedir ajuda

» **Ligue 190:** Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Uma viatura é enviada imediatamente até o local. Serviço disponível 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Ligue 197:** Polícia Civil do DF (PCDF). E-mail: denuncia197@pcdf.df.gov.br WhatsApp: (61) 98626-1197 Site: www.pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes, além de reclamações, sugestões e elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM):** funcionamento 24 horas por dia, todos os dias.
DEAM 1: previne, reprime e investiga os crimes praticados contra a mulher em todo o DF, à exceção de Ceilândia. Endereço: EQS 204/205, Asa Sul. Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673 E-mail: deam_sa@pcdf.df.gov.br
DEAM 2: previne, reprime e investiga crimes contra a mulher praticados em Ceilândia. Endereço: St. M QNM 2, Ceilândia Telefones: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

PALAVRA DE ESPECIALISTA / O que fazer para que a mulher deixe de ser objeto de violência diária?

Rejane Suxberger*

O enfrentamento da violência contra a mulher exige uma abordagem ampla e estruturada, que envolva toda a sociedade, o sistema de justiça e, principalmente, os homens. A violência de gênero não é um fenômeno isolado, mas sim resultado de uma estrutura histórica de desigualdade que ainda persiste em diversas esferas sociais. Assim, sua erradicação requer uma mudança cultural profunda, políticas públicas eficazes e um sistema de justiça comprometido com a aplicação da perspectiva de gênero.

Desde os tempos coloniais, a posição submissa da mulher foi reforçada por normas sociais e jurídicas que legitimaram a dominação masculina. O controle da família, centrado na figura do

homem como autoridade, consolidou um padrão de submissão feminina que perpetuou a violência de gênero. A própria legislação, por muito tempo, permitiu aos homens disciplinar suas esposas, naturalizando a violência como mecanismo de correção. A Lei Maria da Penha representou um marco na ruptura desse conservadorismo jurídico, ao reconhecer a violência doméstica como um problema estrutural e estabelecer medidas não apenas punitivas, mas também preventivas e assistenciais.

Entretanto, a resistência à implementação integral da Lei Maria da Penha por parte de alguns agentes do sistema de justiça demonstra que a desigualdade de gênero ainda se reflete na aplicação do Direito. A incompreensão sobre o conceito de gênero e a minimização da violên-

cia contra a mulher dificultam o acesso à justiça e a prestação jurisdicional eficiente. O Judiciário precisa adotar uma perspectiva de gênero em suas decisões, compreendendo que a violência doméstica não é um mero conflito familiar, mas sim um reflexo das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. O papel da justiça não pode ser apenas repressivo, mas deve abarcar a proteção da vítima e a transformação da cultura que normaliza essas violências.

A sociedade, por sua vez, precisa romper com a naturalização da violência de gênero, que começa ainda na infância, na forma como meninas e meninos são socializados. A educação tem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na promoção da igualdade de gênero. Programas educativos devem ser

implementados desde a educação básica, ensinando sobre respeito, consentimento e equidade. Além disso, campanhas de conscientização são essenciais para que toda a sociedade compreenda que a violência contra a mulher não é um problema privado, mas sim um grave problema social e de direitos humanos.

Os homens, enquanto agentes privilegiados nesse sistema de poder, têm um papel central no enfrentamento à violência de gênero. É necessário que se comprometam com a desconstrução da masculinidade tóxica, que alimenta comportamentos violentos e autoritários. A responsabilização masculina passa pelo reconhecimento de seus privilégios e pela adoção de uma postura ativa no enfrentamento da violência, seja por meio do apoio às vítimas, da denúncia

de agressores ou da reflexão sobre suas próprias atitudes e crenças.

A violência de gênero é cíclica e estrutural, e sua erradicação demanda uma mudança coletiva e contínua. A justiça deve atuar com sensibilidade e rigor na proteção das vítimas e punição dos agressores. A sociedade deve eliminar os resquícios da cultura patriarcal que ainda legitimam o abuso. E os homens devem assumir a responsabilidade de transformar a masculinidade em um modelo baseado no respeito e na equidade. Somente assim poderemos romper com esse ciclo e construir um futuro onde nenhuma mulher seja vítima de violência simplesmente por ser mulher.

* Juíza de direito do TJDF. Mestre em políticas públicas, gênero e igualdade